

# Apontamentos para o estudo da pecuária familiar na metade sul do Rio Grande do Sul

Adelar Fochezatto\*  
Divanildo Triches\*\*  
Ronaldo Herrlein Jr.\*\*\*  
Valter José Stülp\*\*\*\*

## Resumo

A principal motivação deste trabalho é a constatação de que uma parcela significativa de produtores pecuários do Rio Grande do Sul, apesar de sua baixa renda, não se enquadram nos critérios das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar, RS Rural e PRONAF. As características desses produtores, no entanto, ainda não estão claramente identificadas e o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos no sentido de avaliar sua origem, seu tamanho, sua localização, sua renda, seus sistemas de produção, sua inserção na cadeia produtiva da carne e outras e seu acesso aos recursos financeiros. A partir desta primeira aproximação ao tema em questão, e beneficiados pelos comentários e sugestões de outros pesquisadores, a idéia é aprofundar a análise, inclusive com pesquisa de campo, para que os resultados possam efetivamente ser utilizados para a proposição de ações visando melhorar a sua inserção nas cadeias produtivas tradicionais ou em cadeias alternativas e, também, a proposição de alterações nos critérios ou de elaboração de novas políticas públicas no sentido de melhorar sua inclusão social e econômica.

**Palavras-chave:** Economia Regional; Economia do Rio Grande do Sul; Cadeias Produtivas; Pecuária Familiar.

## Abstract

The main reason for the authors to write this article originated from the observation that a great part of the cattle raisers in Rio Grande do Sul, besides earning a low income from farm production, do not attend the criteria of the main public policies created to assist the family agriculture, like RS Rural and PRONAF. Since the characteristics of these farmers are not clearly identified, the objective of this article is to make some considerations about their history, the size of the farms, their geographical location, their farm income, the systems of production, how they are incorporated in the meat production chain and their access to the financial markets. From this first focus on the theme and based on the commentaries and suggestions from other researchers, the analysis will be advanced. The advancement of the analysis will include a survey at the farm level, with farmer interviews. The objective is to generate results that will make possible the incorporation of the small cattle raiser in the traditional or other meat production chain and the modification of the criteria of the existing public policies or even the formulation of new public policies. The final aim is to improve the economic and social inclusion of this farm producer.

**Key-words:** Regional economy; The economy of Rio Grande do Sul; Chains of production; Small cattle raisers.

---

\* Doutor em Economia. Professor Titular da FACE-PUCRS. E-mail: [adelar@pucrs.br](mailto:adelar@pucrs.br)

\*\* Doutor em Economia. Professor Adjunto da FACE-PUCRS. E-mail: [dtriches@pucrs.br](mailto:dtriches@pucrs.br)

\*\*\* Doutor em Economia. Professor Adjunto da FACE-PUCRS. E-mail: [ronaldoh@pucrs.br](mailto:ronaldoh@pucrs.br)

\*\*\*\* PhD em Economia Agrícola. Professor Adjunto da FACE-PUCRS. E-mail: [mailto:stulp@terra.com.br](mailto:mailto:stulp@terra.com.br)

Os autores agradecem aos professores Duílio de Ávila Béni e Nilton C. M. de Araújo pelos comentários a uma versão preliminar deste artigo.

## **1 Introdução**

A principal motivação deste trabalho é a constatação de que uma parcela significativa de produtores pecuários do Rio Grande do Sul, apesar de sua baixa renda, não se enquadram nos critérios das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar, RS Rural e PRONAF. As características desses produtores, no entanto, ainda não estão claramente identificadas para que os órgãos públicos possam alterar os critérios existentes e/ou formular novas políticas para esse público. Assim, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos no sentido de identificar mais precisamente as características do pecuarista familiar gaúcho: sua origem, seu tamanho, sua localização, sua renda, seus sistemas de produção, sua inserção nas cadeias produtivas da carne, da lã e outras e bem como o acesso aos recursos financeiros.

A partir dessa primeira aproximação, e beneficiados pelos comentários e sugestões de outros pesquisadores, a idéia é aprofundar a análise, inclusive com pesquisa de campo, para que os resultados possam efetivamente ser utilizados para a proposição de ações no sentido de melhorar a inserção desses produtores nas cadeias produtivas tradicionais ou em cadeias alternativas e, também, a proposição de alterações nos critérios existentes ou de elaboração de novas políticas públicas visando a sua inclusão social e econômica.

## **2 Identificação do “Pecuarista Familiar”**

Parte-se da hipótese de que o “Pecuarista Familiar” é um pequeno proprietário rural e produtor mercantil pauperizado. Parte importante, talvez a maior, de sua renda real tem expressão monetária e provém da venda do gado bovino e ovino. Outra parte, também importante, de sua renda real provém dos cultivos agrícolas de subsistência realizados pela família na “pequena propriedade”, aos quais se deve acrescentar a parte do gado que, sendo utilizada para consumo, não vai ao mercado.

A questão do tamanho da propriedade rural desse estrato de produtores tem de ser considerada em relação com a dimensão da renda permitida tanto pela atividade mercantil, a pecuária extensiva, de bovinos de corte e ovinos, quanto pelos cultivos de subsistência. Nesse sentido, uma área de até 300 ha deve ser considerada pequena, pois a renda monetária familiar com a atividade principal pode não ultrapassar 10 mil reais anuais, semelhantes à renda de agricultores familiares com área inferior a 50 ha. Por outro lado,

presume-se que não seja difícil acomodar os cultivos de subsistência numa área entre 200 e 300 ha.

Evidentemente, quanto menor a extensão dos cultivos agrícolas de subsistência, maior será a dependência do “Pecuarista Familiar” em relação ao mercado para bovinos de corte e ovinos. Deve-se considerar também que esse mesmo produto destinado à venda é igualmente utilizado para a subsistência. A dimensão dos cultivos agrícolas, por sua vez, é limitada pela extensão da propriedade, pela técnica extensiva utilizada na atividade principal e também pela qualidade do solo.

Nesse sentido, diferentes qualidades de solo ou diferenças de tamanho entre 100 e 300 ha podem diferenciar substancialmente a renda familiar real dos produtores dentro desse mesmo estrato social. Não obstante, as condições de produção do “Pecuarista Familiar” tendem a garantir a subsistência alimentar da família. A atividade principal, dependendo das circunstâncias, pode ou não assegurar uma renda monetária suficiente para a família realizar suas outras necessidades de consumo. A dependência em relação ao mercado refere-se principalmente a essas outras necessidades de consumo não alimentar.

A realização da atividade principal, a pecuária, desenvolvida com finalidade mercantil, implica a realização de um lucro mercantil, cuja natureza difere do lucro industrial, originado de aplicação de capital. Ainda que numa escala extremamente modesta, o acesso a propriedade assegura o domínio da família sobre as condições imediatas de produção. É do uso extensivo da terra e do trabalho de pastoreio que provém a geração do produto físico pecuário, através da proliferação dos rebanhos. Entretanto, a realização do produto físico não é acompanhada da contabilização monetária dos custos, visto que o desfrute da terra e o uso da mão-de-obra familiar não implica em custos monetários diretos relevantes.

Apesar do processo de produção implicar a formação de um certo valor, o preço de venda não está determinado por esse valor. O preço é dado pelo mercado e pode até ser inferior ao valor realmente criado, porém haverá excedente, um lucro mercantil, se o preço superar os custos monetários de produção, que são mínimos. Presume-se que não ocorre no estabelecimento rural qualquer atividade de processamento do produto pecuário.

Outro aspecto que deve ser considerado na identificação desse estrato social são suas relações com as atividades urbanas. Na medida em que a pecuária extensiva e os cultivos agrícolas de subsistência não ocupem integralmente a mão-de-obra do

estabelecimento, surge a possibilidade de membros da família estarem inseridos em atividades urbanas, contribuindo para a renda familiar. Essa possibilidade, em tese efetiva, depende de circunstâncias como a proximidade aos centros urbanos e a oferta de oportunidades de ocupação, presumivelmente restrita.

Presume-se que a origem histórica do atual “Pecuarista Familiar”, pequenos proprietários rurais, na metade Sul do RS, reflita diversos processos sociais precedentes. A presença de pequenos proprietários nessa região do Estado não é um fato novo. Tanto no período colonial, como nos séculos XIX e XX, há registro da presença de pequenos proprietários, situados ao largo da grande propriedade, em terras de pior qualidade e sem chegar a constituir um estrato social expressivo, com identidade cultural distinta.

Por outro lado, nas décadas mais recentes, o processo de concentração fundiária na metade Sul não alcançou igualmente a todas as municipalidades, pois provavelmente não alcançou as terras de pior qualidade. Paralelamente, os processos de sucessão por herança e/ou de fracionamento das terras para venda, visando ao pagamento de dívidas, deu origem a novas pequenas propriedades, a partir da repartição de propriedades médias e grandes. Embora em sua origem remota esse estrato social se compusesse por famílias de ascendência luso-brasileira, desde o século XX também famílias de origem alemã e italiana passaram a compor esse estrato social em municípios da metade Sul.

Será necessário identificar o território a ser considerado na pesquisa. Através de Bandeira (1994), é possível especificar um recorte geográfico para a “metade Sul”, composto por diversas sub-regiões. A partir desse recorte geral, será necessário especificar os municípios componentes, bem como os COREDEs (ou correspondentes meso-regiões do IBGE), para fins de apuração de dados junto ao Censo Agropecuário de 1996, a mais recente fonte de dados para a produção dos estabelecimentos rurais. Através dessa fonte, pretende-se identificar a presença de pequenos proprietários em municípios em que a pecuária tem forte expressão. Os dados de produção referentes ao estrato das pequenas propriedades (inferiores a 300ha) poderão servir como uma aproximação da realidade econômica do “Pecuarista Familiar”. A maior ou menor concentração de pequenos proprietários nas diversas municipalidades servirá como referência para investigação de campo, no que se refere à escolha dos municípios para realização de entrevistas.

Será importante também identificar a composição da população em cada município, segundo sua condição urbana ou rural. Para a execução de uma investigação

sobre a pecuária familiar, além da consulta dos dados dos censos agropecuários do IBGE, faz-se necessária uma pesquisa de campo qualitativa através de entrevistas com produtores e extensionistas em municípios selecionados.

### **3 Os sistemas de produção implementados pelo “Pecuarista Familiar”**

Presume-se que os sistemas de produção sejam rudimentares e talvez pouco sustentáveis do ponto de vista econômico. Contudo, tendo em vista que o estabelecimento rural estaria em condições de garantir a subsistência alimentar, uma atividade mercantil com rendimento muito baixo poderia sustentar-se por muito tempo. Evidentemente, as condições miseráveis de vida que tendem a decorrer da forma de inserção produtiva do “Pecuarista Familiar” devem refletir-se em precários indicadores sociais – que poderiam ser apurados, talvez, através do Censo Demográfico.

O horizonte cultural desse estrato social também tende a ser muito estreito, tendo em vista que o acesso a bens culturais é presumivelmente muito limitado, tanto pela pequena renda monetária, quanto pela escassez de oferta. Na caracterização dessas famílias, será conveniente apurar o acesso à eletricidade e aos diversos tipos de utensílios e aparelhos domésticos, como televisão e geladeira. Indicadores ambientais devem ser difíceis de apurar, mas talvez seja possível ter uma noção do quanto os sistemas de produção aplicados prejudicam ou não as condições do solo para seguir sendo útil ao pastoreio.

Apenas para que se tenha uma idéia inicial do tamanho do público alvo deste estudo, a seguir serão elencadas algumas estatísticas.

No Rio Grande do Sul, do total das 1.377.022 pessoas ocupadas com a produção agropecuária, no ano do censo agropecuário de 1995/96, 266.298, ou seja, apenas 19,34%, estavam ocupadas com a pecuária em geral e destas 195.022 pessoas lidavam com somente bovinos e ovinos (IBGE, 1998). Neste mesmo ano, do total das 292.213 pessoas ocupadas na agropecuária das mesorregiões Centro-Ocidental Rio Grandense, Sudoeste Rio Grandense e Sudeste Rio Grandense, situadas na região Sul do Estado, 103.518 pessoas se dedicavam à pecuária e 60.763 pessoas à produção mista (lavoura e pecuária), perfazendo um total de 164.281 pessoas, ou seja, 56,22% ou mais da metade do total das pessoas ocupadas (IBGE, 1998). Esses números ressaltam a grande importância da pecuária na região Sul relativamente à mesma nas demais regiões do Estado.

Para o desenvolvimento socioeconômico dessa região é imprescindível que o pecuarista receba apoio de diversos órgãos da sociedade, quer públicos, quer privados. Esse apoio tem que levar em consideração as aspirações e objetivos do pecuarista, além da disponibilidade de tecnologias de produção, de recursos, das forças do mercado, etc.

Os objetivos do “Pecuarista Familiar” podem diferir em grau dos do grande pecuarista: pela menor dimensão do seu empreendimento, talvez não queira correr maiores riscos. O seu objetivo primordial, em vez da maximização do lucro, talvez seja o de garantir a sustentação de sua família. A busca do maior lucro geralmente é acompanhada por maiores riscos. Na produção agropecuária um fracasso, em um ano, pode exigir o período de um ano ou mais para ter os seus efeitos revertidos. Durante esse período, o sustento da família pode estar comprometido. Já o grande pecuarista tem melhores condições de sobrevivência frente a um fracasso parcial no seu empreendimento.

Se os objetivos podem diferir entre o grande pecuarista e o Pecuarista Familiar, eles também podem ser distintos entre grupos de produtores deste último segmento. Em função dos seus objetivos e do contexto em que o Pecuarista Familiar está inserido, ele tende a adotar sistemas e tecnologias de produção não necessariamente idênticos aos dos demais produtores. Esse contexto é formado pela disponibilidade e tipo de recursos (terra, mão-de-obra e capital), pela situação dos preços de mercado, pelos seus conhecimentos de tecnologia de produção e sobre a comercialização, pelas suas tradições culturais, etc. A pesquisa tecnológica tem desenvolvido diversas alternativas de produção para a pecuária ao longo das últimas décadas. Muitas dessas alternativas estão sendo usadas pelos pecuaristas enquanto outras tecnologias estão aguardando a sua difusão pelos órgãos de extensão para serem adotadas pelos produtores.

O desenvolvimento da “Pecuária Familiar”, no que diz respeito aos sistemas de produção, envolve as seguintes etapas:

- a) a geração de alternativas tecnológicas de produção através da pesquisa em estações experimentais e universidades;
- b) uma percepção dos tipos de aspirações e objetivos do “Pecuarista Familiar”;
- c) uma análise dos impactos econômicos, sociais, ambientais da adoção pelo “Pecuarista Familiar” das alternativas tecnológicas disponíveis nas estações experimentais; e

- d) difusão das alternativas viáveis pelos serviços de extensão.

A proposição de sistemas alternativos viáveis e a análise do potencial de inserção em novas cadeias dependem de uma boa caracterização dos sistemas de produção desse estrato social. As atividades produtivas alternativas necessariamente deverão levar em conta, além das condições naturais, as restrições impostas pela localização geográfica em relação aos mercados e pelas características dos canais de comercialização para os produtos tradicionais e alternativos. Além disso, o potencial econômico de novas cadeias pode não ser efetivo, pela falta de instituições e limitações culturais – carência de “capital social”.

Para a execução dessa etapa da investigação, será necessário aplicar questionários a produtores pecuaristas, em alguns municípios da região Sul do Estado, para verificar quais são os seus objetivos na exploração da propriedade e os sistemas e procedimentos adotados no processo de produção. Além disso, será preciso estudar alternativas tecnológicas de produção desenvolvidas em estações experimentais do Estado e analisar alguns sistemas de produção que possam se mostrar viáveis sob o ponto de vista dos objetivos do “Pecuarista Familiar”. Esses sistemas terão por base as tecnologias disponíveis nas estações experimentais e alguns procedimentos de exploração adotados pelos produtores. Cabe também considerar como os serviços de extensão rural poderão difundir os sistemas de exploração viáveis.

#### **4 Inserção do “Pecuarista Familiar” nas cadeias produtivas**

Para que se possa fazer essa análise, é preciso estabelecer qual a definição de cadeia produtiva que será usada. Entende-se por cadeias produtivas um conjunto de fases consecutivas pelas quais passam e são transformados e transferidos os diversos bens intermediários. Em outras palavras, a cadeia produtiva é o conjunto de atividades econômicas que se articulam progressivamente desde o início da elaboração de um produto. É ainda uma segmentação longitudinal, sendo cada etapa do processo produtivo representada por uma empresa ou um conjunto delas. Assim, essas cadeias resultam da crescente divisão do trabalho e na maior interdependência entre todos os segmentos produtivos que incluem os elos de ligação entre matérias-primas básicas, as máquinas e equipamentos, os produtos de consumo intermediário e produto final, bem como com sua

distribuição e comercialização. Para Prochnik e Haguenaer (2001), as cadeias produtivas são criadas pelo processo de desintegração vertical e pela especialização técnica e social.

A cadeia produtiva, no conceito de Castro (2002) e Cunha (1993), é um sistema constituído por um grande número de elementos e processos interligados e interativos, incluindo sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, que propiciam a oferta de bens e serviços aos consumidores finais. Esse conjunto de processos e de instituições ligadas por objetivos comuns constitui um sistema que, por sua vez, engloba outros sistemas menores ou subsistemas. Assim, a reunião de todos os sistemas ou cadeias produtivas pertencentes à agroindústria caracteriza-se num sistema maior designado de agronegócio.<sup>1</sup>

A delimitação das cadeias produtivas, ainda segundo a concepção de Prochnik e Haguenaer (2001), passa por duas fases: a construção de uma matriz de transações e a delimitação das cadeias na própria matriz. A primeira pode ser fundamentada na matriz de insumo-produto em que se deriva uma rede de transações intersetoriais. A segunda é baseada no emprego da técnica de agrupamento ou análise de *clusters*. Assim, qualquer método de delimitação de *cluster*, em geral, ou cadeias e complexos industriais, em particular, tem algum grau de arbitrariedade, na decisão de quais são as relações significativas forte e fracas, entre setores.

A análise da cadeia produtiva deve considerar diversos fatores, dentre os quais destacam-se: (i) fatores relacionados à macroestrutura em que a cadeia está inserida, os condicionantes impostos por esta macroestrutura; (ii) diversos tipos de processos que ocorrem no interior das cadeias como compras e vendas, troca de informações, estabelecimento e repactuação de acordos e normas de conduta, etc.; e (iii) comportamentos dos agentes formadores da cadeia, bem como as organizações estritamente associadas. Dessa forma, o estudo das cadeias é desenvolvido sob a ótica da integração das atividades de insumos e produtos, tendo em consideração sempre o conhecimento e a dimensão de mercados estratégicos. Tal fato permite a busca do

---

<sup>1</sup> O agronegócio, ou negócio agrícola, na definição de Castro (2002, p.4), é um conjunto de operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e de produtos agropecuários e agroflorestais. Inclui serviços de apoio e objetiva suprir o consumidor final de produtos de origem agropecuária e florestal.



desenvolvimento articulado entre agentes privados, governamentais e de ciências e tecnologia, visando à geração de maior valor agregado.<sup>2</sup>

Nesse contexto, torna-se importante caracterizar o papel das instituições e das organizações, segundo a concepção de North (1991), que integram a cadeia produtiva. As instituições representam o conjunto de regras com as quais as interações dos agentes econômicos se realizam. Elas estabelecem os incentivos de troca no campo político, social e econômico. Por consequência, as mudanças institucionais influenciam diretamente a maneira pela qual as sociedades são envolvidas no decorrer do tempo. Essas mudanças são caracterizadas por um processo complexo porque tendem a ocorrer de forma marginal e contínua. Para North (1991), elas resultam de alterações de regras formais ou informais provocadas por pressões de grupos de interesse e por decisões políticas ou judiciais. Assim, a eficiência de uma determinada cadeia verificada ao longo do tempo é fundamentalmente influenciada pelo grau de envolvimento das instituições.

O estudo das principais cadeias produtivas já presentes numa determinada região permite identificar as suas principais potencialidades e deficiências. Dentro desse contexto, podem ser destacados os aspectos competitivos, as vantagens comparativas, os estrangulamentos setoriais e a necessidade da manutenção do dinamismo produtivo, entre outros aspectos de suma relevância para o desenvolvimento da economia local. Portanto, esse estudo é de fundamental importância para a elaboração de um planejamento coordenado, envolvendo a comunidade regional.

Esse processo viria a apontar as estratégias e as linhas de ação a serem implementadas e perseguidas pela “Pecuária Familiar” da metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul de forma articulada às grandes tendências mundiais. Isso indicaria também as alternativas de investimentos de forma racional e eficiente que podem dinamizar e garantir a competitividade dos principais atores locais da cadeia e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico mais acelerado da região. Além disso, tal fato viria também a aumentar a capacidade de resposta da região aos desafios da globalização econômica e da emergência de novos paradigmas tecnológicos.

Um estudo da “Pecuária Familiar” deve ter como objetivo primordial identificar, descrever e avaliar as principais cadeias produtivas nas quais o “Pecuarista Familiar” da

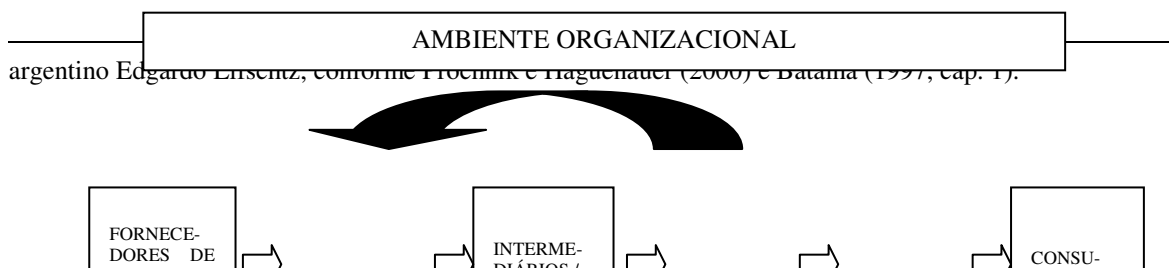
---

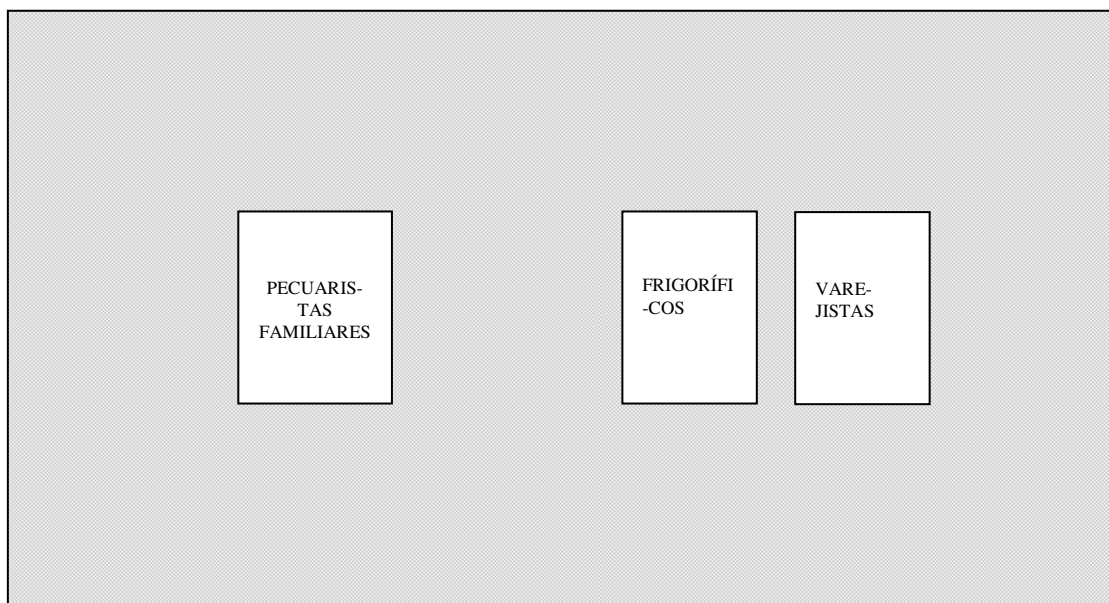
<sup>2</sup> A origem da pesquisa em cadeias produtivas está nos trabalhos franceses chamados de *filière*, como o de Belon (1983). Na América Latina, esse tema, em parte, deve-se ao ex-aluno de Leontief, o economista

metade Sul do Estado estão inseridos. A partir da identificação das cadeias, é preciso analisar as limitações, pontos de estrangulamento e potencialidade destes produtores nas respectivas cadeias produtivas e, a partir daí, extrair propostas para explorar de forma plena as potencialidades do setor. A Figura 1 ilustra de forma preliminar a principal cadeia produtiva na qual está inserido o “Pecuarista Familiar”, a cadeia produtiva da carne bovina. Nela estão representados os diferentes agentes, como fornecedores de insumos (fornecedores de produtos veterinários, fornecedores de sementes e fertilizantes para pastagens, fornecedores de máquinas e equipamentos usados na agropecuária, etc.), intermediários compradores de gado bovino, cooperativas, frigoríficos (incluindo frigoríficos de cooperativas), atacadistas, varejistas e consumidores finais. Outras cadeias nas quais o “Pecuarista Familiar” está inserido, e que devem ser estudadas numa pesquisa, são as cadeias da lã e da carne de ovinos.

O papel das instituições, sejam elas reguladoras ou de pesquisa e desenvolvimento, bem como dos fornecedores de insumos e de equipamentos, entre outros, estão representados como parte do ambiente institucional. A importância desses agentes reside no fato de poderem constituir-se em elos de impulsão ou de estrangulamento para o desempenho da cadeia. Fazem parte do ambiente institucional as diferentes instâncias governamentais com capacidade para conceber e implementar políticas visando à dinamização da “Pecuária Familiar” da Metade Sul, políticas essas que devem ser sugeridas a partir da análise das cadeias produtivas realizada no trabalho.

A viabilização dessa etapa da pesquisa exigiria a aplicação de questionários a pecuaristas em alguns municípios da região Sul do Estado para verificar sua inserção nas cadeias produtivas existentes. Além disso, caberia analisar o potencial de inserção em cadeias produtivas alternativas. Para tanto, seria preciso realizar entrevistas com pesquisadores de estações experimentais e extensionistas ligados à atividade pecuária, sem descartar a mobilização de consultorias de profissionais que atuam na extensão rural (EMATER) e nas instituições de pesquisas ligadas à atividade pecuária (EMBRAPA).





Nota: ⇒ Fluxos de Materiais; ← Fluxos monetários; T = Transações; □ Componente ou elo da cadeia produtiva

**Figura 01 - Representação da inserção do produtor pecuarista familiar na cadeia produtiva da carne**

## 5 Políticas públicas e o “Pecuarista Familiar”

As políticas agrícolas brasileiras sempre privilegiaram os grandes agricultores, preferencialmente os produtores de *commodities* exportáveis e os integrados aos complexos agroindustriais. Em meados da década de 60, o governo lançou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que tinha como principal finalidade a alteração da base técnica de produção visando a modernização da agricultura brasileira. Para tanto, o governo criou um mecanismo que possibilitou a alocação de um montante de recursos aos agricultores sem precedentes na história e a taxas de juros subsidiadas<sup>3</sup>. Esses recursos foram destinados majoritariamente aos grandes agricultores, especialmente produtores de exportáveis localizados nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Essa política pública teve seus objetivos alcançados: os agricultores aumentaram tanto a aquisição de máquinas e implementos quanto o consumo de insumos modernos, especialmente fertilizantes e defensivos. O crescimento da demanda intermediária da agricultura foi tão grande que estimulou a proliferação de plantas industriais a montante da

<sup>3</sup> Os recursos do SNCR vinham de depósitos à vista nos bancos comerciais e do orçamento geral da União. A crise da dívida e o crescimento da inflação no início da década de 80 decretaram o fim dessa política.

agricultura, produtoras desses bens<sup>4</sup>. Os principais resultados agrícolas dessa mudança técnica na produção foram o aumento da produtividade dos fatores e da oferta de produtos agrícolas. A disponibilidade de matéria-prima agrícola, por sua vez, estimulou a proliferação de plantas industriais a jusante da agricultura, as agroindústrias e indústrias alimentares.

O crescimento articulado entre os três segmentos: a indústria a montante, produtora de máquinas, implementos e insumos agrícolas; a indústria a jusante, processadora de matérias-primas agrícolas e produtora de alimentos; e a agricultura, fez com que o período que vai de meados de 1960 a 1980 ficasse conhecido como o da industrialização da agricultura ou da formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs)<sup>5</sup>.

Na década de 80, a política agrícola mudou, entrando em cena a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Diferentemente da anterior, essa política tinha como objetivo principal influenciar indiretamente a quantidade e a composição da oferta agrícola. Isso se daria através da seleção dos produtos que teriam preços garantidos pelo governo. Neste caso, como na política anterior, os mais beneficiados foram os grandes agricultores, especialmente os produtores de grãos das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

As políticas agrícolas anteriores, apesar de terem alcançado seus objetivos agrícolas, tiveram conseqüências agrárias importantes<sup>6</sup>. Nas décadas de 1960 a 1980, aumentou o êxodo rural, a pobreza no meio rural e as desigualdades entre produtores e regiões rurais. A constatação de que a pobreza no meio rural passou a ser relativamente maior que a do meio urbano e a de que em regiões onde a agricultura familiar é relativamente mais forte, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tende a ser maior, foi fundamental para que o governo, em 1995, lançasse o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O principal objetivo dessa nova política agrícola é a redução da pobreza e das desigualdades existentes no meio rural. Esta política funciona de forma similar à do SNCR

---

<sup>4</sup> Até a década de sessenta, a quase totalidade dos insumos intermediários usados na agricultura brasileira era importada.

<sup>5</sup> Para o leitor interessado em uma análise mais aprofundada deste ponto, sugere-se a leitura de Kageyama *et al.* (1990).

<sup>6</sup> A grosso modo, pode-se dizer que o termo “agrícola” refere-se às questões econômicas, como a eficiência técnica e a produtividade, enquanto que o termo “agrária” refere-se às questões sociais, normalmente decorrentes dos resultados agrícolas, como o êxodo e a desigualdade no meio rural.

só que, neste caso, quem tem direito a acessar o crédito são os pequenos agricultores (agricultor familiar), o qual é definido a partir de dois critérios principais: tamanho do estabelecimento e renda anual. Seus resultados estão apenas começando e ainda não se tem uma idéia muito segura sobre sua eficácia. Ferreira (2001) fez um balanço do PRONAF e identificou que até aquele ano, os recursos teriam sido alocados especialmente para a região Sul e para produtores melhor inseridos nas respectivas Cadeias Produtivas. Estes resultados lançam dúvidas quanto a possibilidade desta política obter sucesso no sentido de alcançar seus objetivos. Por isso, talvez seja necessário que se façam ajustes nos critérios que permitem o acesso ao crédito por parte dos pequenos produtores rurais.

Pode-se dizer que o pecuarista, produtor de carne bovina, ficou à margem de todos os instrumentos de política agrícola vistos anteriormente. Talvez isso se deva a uma visão de que se trata de uma atividade extensiva e que representa a elite do meio rural. Esta visão, para os dias atuais, certamente é um equívoco: primeiro, porque dentro da atividade pecuária há uma profunda diferença entre os produtores, a qual vai desde o pecuarista familiar ao grande produtor de carne identificada (com marca) e de reprodutores; e segundo, porque a atividade pecuária, em seu conjunto, vem sofrendo continuamente achatamento em seus rendimentos.

O fato relevante para este trabalho é que há uma parcela importante de pequenos pecuaristas que não têm acesso aos recursos do PRONAF. Apesar de sua baixa renda anual, o “Pecuarista Familiar” não tem acesso aos recursos públicos por causa das dificuldades existentes para o seu enquadramento neste instrumento. Essas dificuldades estão associadas tanto a fator objetivo quanto subjetivo: por ser uma atividade extensiva, o tamanho do estabelecimento geralmente ultrapassa o critério estabelecido, e a atividade pecuária de corte, pré-concebida como sendo homogênea e de grande porte, não foi contemplada nesta política.

Assim, apesar de sua baixa renda anual, o “Pecuarista Familiar” não tem acesso aos recursos públicos. No entanto, as constatações feitas quanto à dificuldade de enquadramento deste produtor no PRONAF não são suficientes: para que se possa estabelecer mecanismos eficazes de inclusão desses produtores, é preciso conhecer mais precisamente a sua realidade. Isso compreende a caracterização dos seus sistemas de produção e a análise da sua inserção na cadeia produtiva da carne e outras. Além de estudo

detalhado para melhor caracterizar este produtor, é necessário, no entanto, que haja uma reavaliação dos critérios existentes para o acesso aos recursos do PRONAF.

## 6 Comentários finais

O propósito de investigar o grupo socioeconômico identificado como Pecuarista Familiar, na metade Sul do Estado é amplamente justificada. Trata-se de uma categoria social cuja identidade está difusa em meio ao latifúndio local. Tal fato, provavelmente dificulta o provimento de condições dignas de bem-estar de inúmeras famílias. Além disso, o ambiente econômico de acirrada concorrência capitalista tende agravar ainda mais a situação dessas pequenas unidades produtivas assim como aos demais agentes implicados em suas cadeias produtivas, em níveis regional, nacional e global. O interesse por essa categoria social é comum aos últimos governos estaduais, porém resta praticamente tudo por fazer nessa tarefa de conhecimento e projeção de políticas públicas. Esses apontamentos pretendem ser uma contribuição inicial para a necessária investigação, que permanece na agenda de pesquisa dos autores e do PPGE-PUCRS.

## Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Pedro S. (1994). As raízes históricas do declínio da região Sul. In: ALONSO, J. A. F., BENETTI, M. D., BANDEIRA, P. S. (1994). **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre, FEE.

BATALHA, Mário O. **Gestão Agroindustrial: Gepai - Grupo de estudos e pesquisas agroindustrias**. São Paulo SP: Atlas S/A, 1997- 573 p. (volume I)

BELLON, B. **La filière de production: un concept de crise**. London, Centre de Recherches en économie Industrielle, Université de Paris-Nord, 1983. (Documento de Trabalho, 106).

BRITTO, N.P. J. **Technological diversity and industrial networks: an analysis of the modus operandi of co-operative arrangements**. Sussex U.K.1998 <http://www.sussex.ac.uk/spru.htm>>. (Texto para Discussão).

CASTRO, Antônio M. G. **Prospecção de cadeias produtivas e gestão da Informação**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/SPcamp>, 2002. Acesso em: 29 nov. 2002). 27 p.

CLEMENTE, Ademir & HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional** São Paulo SP: Ed. Atlas S/A, 2000, 260 p.

CUNHA, C.J.C. **A competitividade da agricultura brasileira no Mercosul: estudo de caso**, Brasília, IPEA, 1994, 46 p. (Série Estudos de Política Agrícola nº 03).

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F.G. e GARCIA, R..C. A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J.G. e CONCEIÇÃO, J.C.P.R. (Org.) **Transformações da agricultura brasileira e políticas públicas**. IPEA, 2001.

IBGE **Censo agropecuário 1995-1996** – Nº22 – Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. 1998.  
KAGEYAMA, A. (coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C.; GASQUES, J.G. e VILLA VERDE, C.M. **Agricultura e políticas públicas**. IPEA, 1990.

MEDEIROS, José A., MEDEIROS, Lucília A., MARTIN, Thereza & PERILO, Sérgio **Pólos, parques e incubadora: a busca da modernização e competitividade**, Brasília, CNPq/IBICT/SENAI, 1992, 312 p.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, 152 p.

PIRES, Júlio M. Economia regional e urbana In: PINHO, Diva B. & VASCONCELLOS, Marcos A. S. **Manual de Economia**. São Paulo, SP: Saraiva, 2002, cap. 27, p. 584 – 529.

PROCHNIK, Victor & HAGUENAUER, Lia.(2001) **Cadeias produtivas e oportunidade de investimentos no nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro, Instituto de Economia, agosto-28 p. (Texto para Discussão nº 453).

Universidade de Caxias do Sul

Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

**001 - Nov/2003** – Uma análise de economia política e das atitudes dos grupos de interesse no Mercosul.

**Divanildo Triches IPES/UCS**

**002 - Dez/2003** - Análise dos impactos da Universidade de Caxias do Sul sobre as economias local e regional, decorrente dos gastos acadêmicos dos estudantes: 1990 a 2002.

**Divanildo Triches, Geraldo Fedrizzi, Wilson Luis Caldart – IPES/UCS**

**003 - Jan/2004** - Agropólo da Serra Gaúcha: uma alternativa de desenvolvimento regional a partir da inovação e difusão tecnológica.

**Divanildo Triches IPES/UCS**

**004 - Fev/2004** – A análise dos regimes de taxa de câmbio para o Mercosul baseada no bem-estar.

**Divanildo Triches IPES/UCS**

**005 - Mar/2004** – Análise e a identificação da cadeia produtiva da uva e do vinho da Região da Serra Gaúcha

**Divanildo Triches, Renildes Fortunato Siman , Wilson Luis Caldart - IPES/UCS**

**006 – Abr/2004** – Competitividade sistêmica das micro, pequenas e médias empresas da cadeia produtiva de autopeças da Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul e desenvolvimento regional.

**Renato Pedro Mugnol -DEAD/UCS**

**007 – Mai/2004** – Análise comparativa dos indicadores que medem a inflação na economia brasileira.

**Divanildo Triches, Aline Vanessa da Rosa Furlaneto – DECE/IPES/UCS**

**008 – Jun/2004** – Apontamentos para o estudo da pecuária familiar na metade sul do Rio Grande do Sul

**Adelar Fochezatto, Divanildo Triches, Ronaldo Herrlein Jr., Valter José Stülp – FACE/PUCRS**